

Mecanismos e Instrumentos de Planificação e Orçamentação no Sector de Águas em Moçambique

André Uandela
WASHCost Moçambique

Novembro de 2012



Conteúdos

1. Quadro de planificação e orçamentação em Moçambique	3
2. Instrumentos críticos de planificação e orçamentação ligados ao sector das águas	3
3. Planificação e orçamentação no sector da água	5
Política da Água.....	5
PESA-ASR.....	6
PRONASAR.....	6
SINAS.....	6
Planos Directores Provinciais	6
4. O Calendário de Planificação.....	7
5. O uso do custo Unitário na planificação e orçamentação do sector	7
6. Conclusão	9
7. Referências	10

Lista de tabelas

Tabela 1 - Custo Unitário Padrão para o Fornecimento da Água Rural.....	8
---	---

Lista de figuras

Figura 1 - Instrumentos existentes de planificação e orçamentação.....	5
--	---

Foto na página frontal: Peter McIntyre

Objectivo

O objectivo desta Nota Informativa é apresentar os mecanismos e os principais instrumentos usados para a tomada de decisões no sector de água rural em Moçambique e identificar os pontos de entrada para o uso da Abordagem do Custo do Ciclo de Vida (LCCA) dos serviços de abastecimento de água e saneamento dentro do quadro institucional existente. A partir desta perspectiva, este documento analisa os instrumentos e mecanismos de planificação e orçamentação existentes no país a todos os níveis e mostra como estes estão interligados. Este documento é um sumário de um mais completo publicado e apresentado num simpósio internacional sobre abastecimento de água realizado em 2010 em Haia, na Holanda ([IRC Symposium 2010](#) “Pipes, pumps and promises”)

1. Quadro de planificação e orçamentação em Moçambique

Moçambique tem dois níveis de governação, nomeadamente o governo central, que é constituído pelos órgãos centrais e locais do estado e o governo local constituído pelas autarquias locais (BR, 2005). O governo central está descentralizado até ao nível de Localidade e todos os níveis funcionam de forma hierárquica e segue instrumentos e mecanismos sincronizados. Mesmo as autarquias locais, que têm uma grande autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estão sujeitas à tutela administrativa central do Estado. Esta organização constitucional tem uma grande influência directa sobre os processos de tomada de decisão na planificação e orçamentação.

De um modo geral, o processo de planificação e orçamentação em Moçambique é gerido por dois ministérios. De um lado, é responsabilidade do Ministério de Planificação e Desenvolvimento liderar e coordenar o processo de planificação e dirigir o desenvolvimento económico e social integrado e equilibrado no país. E, do outro lado, o Ministério das Finanças é responsável pela gestão das finanças públicas que compreende, entre outros processos, a elaboração e execução do orçamento. No passado, estas eram responsabilidades de um único Ministério, o Ministério de Plano e Finanças (entretanto extinto em 2004 para dar lugar aos dois retromencionados ministérios).

2. Instrumentos críticos de planificação e orçamentação ligados ao sector das águas

Uma série de instrumentos dirige o processo de planificação e orçamentação do país, dos quais os mais críticos e relacionados com o sector das águas incluem os seguintes:

Plano Quinquenal do Governo: é o instrumento de planificação líder no desenvolvimento nacional. Este plano apresenta os principais objectivos para um período de 5 anos e é a base de todo o processo de planificação durante estes anos. Outros planos devem ter em consideração os principais objectivos aqui apresentados.

O **Plano Estratégico para a Redução da Pobreza (PARP)** é um documento do Governo que delinea as estratégias para o alcance dos principais objectivos do plano quinquenal do Governo, que é a redução da pobreza no país. O plano descreve as políticas macroeconómicas, estruturais e sociais e programas que têm a finalidade de promover o crescimento económico e social e reduzir a pobreza. O PARP identifica três pilares nos quais todo o contexto da redução da pobreza no país deve ser construído, nomeadamente, o desenvolvimento do capital humano, boa governação e o desenvolvimento económico. É sob a alçada do pilar de desenvolvimento do capital humano que o governo define a melhoria ao acesso à água potável e saneamento adequado como prioritários, através do aumento da cobertura, especialmente nas áreas rurais onde a maioria da população do país vive.

Cenário Fiscal de Médio Prazo – CFMP: é um instrumento de planificação a médio prazo através do qual o Governo organiza e apresenta opções estratégicas destinadas ao alcance das principais linhas do seu plano quinquenal e do seu Plano Estratégico da Redução da Pobreza (PARP). O CFMP é também um instrumento através do qual os recursos são alocados para a despesa do Estado (Governo de Moçambique, 2009). Este instrumento é actualizado anualmente tomando em consideração as mudanças actuais e ou

estruturais, com a finalidade de garantir que o sistema de orçamentação permite que os recursos públicos sejam alocados de acordo com os resultados desejados e esperados. Embora seja um instrumento importante, por enquanto, o nível de desvios anuais nos planos mostra que como um instrumento plurianual de alocação de recursos não tem funcionado muito bem. Isso acontece em parte porque o nível de detalhe no CFMP é tão mínimo que não permite a sua utilização para a tomada de decisões estratégicas (PER, 2010).

O processo de orçamentação em Moçambique ganhou uma nova dinâmica com a aprovação da Lei 9/2002 que criou o **Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE)**. Várias acções tiveram lugar em relação à introdução da legislação e modelos de gestão que são mais apropriados para as necessidades de uma administração pública moderna e efectiva (Lawson et al., 2008: 19).

O **SISTAFE** é um sistema de orçamentação, de programação financeira, de contabilidade e de controlo interno integrado que inclui os seguintes objectivos: estabelecer e harmonizar as regras de e procedimentos de programação; avaliação, controle e gastos de recursos públicos; desenvolver subsistemas que fornecem informação atempada e fiável sobre a orçamentação e conservação dos bens dos órgãos e instituições do Estado; e, estabelece, implementa e mantém um sistema de controlo interno eficiente e efectivo e procedimentos de auditoria aceites internacionalmente (GoM, 2002).

O **Orçamento do Estado (OE)**, também conhecido como orçamento anual, é o instrumento base do governo a respeito da implementação do Plano Económico e Social, apresentando as receitas e despesas previstas para o ano em questão. Desde 2007, a elaboração do Orçamento do Estado tem sido orientado pelo CFMP (veja acima). Em 2010, pela primeira vez, o orçamento foi elaborado para cada programa com a finalidade de reduzir o fosso entre a planificação e o processo de orçamentação, para tornar a alocação de recursos mais dinâmica e focalizar na ligação entre os recursos e os resultados (GoM, 2010). Mesmo assim, persistem lacunas nesta integração que precisam de uma atenção especial nos próximos anos.

A nível provincial e distrital existem planos estratégicos e operacionais que desaguam no plano central ou que derivam deste. Os sectores (estradas, águas, agricultura, etc.) também têm os seus próprios planos estratégicos a todos os níveis. No âmbito do processo de descentralização, os distritos são encorajados a desenvolver os seus Planos Estratégicos de Desenvolvimento (PEDD) e os seus planos e orçamentos anuais.

A ligação entre os planos e estratégias distritais, provinciais e nacionais é ainda matéria de análise em muitos sectores, uma vez que existe um amplo sentimento de que estas ligações precisam de ser melhoradas.

A Figura 1 abaixo mostra como os instrumentos existentes de planificação e orçamentação se interligam e formam o mecanismo de planificação e orçamentação do Estado Moçambicano

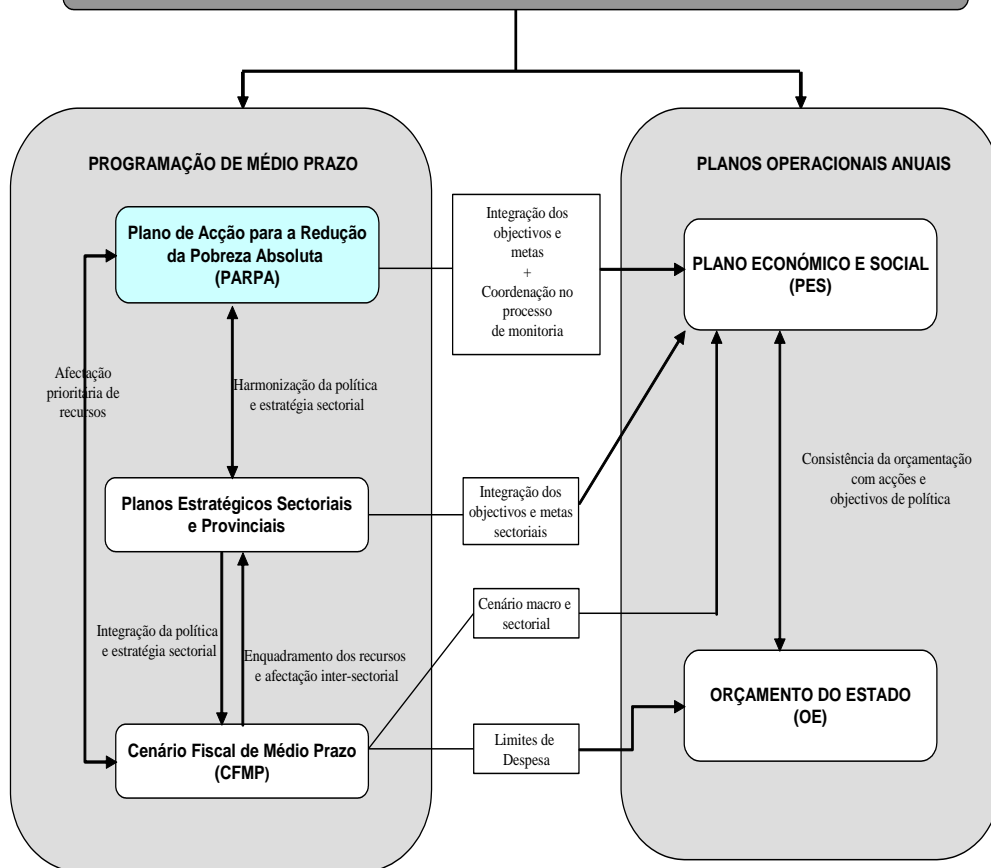


Figura 1 - Instrumentos existentes de planificação e orçamentação

Para propósitos de planificação, o sector de águas desenvolveu instrumentos próprios que guiam o processo de uma forma mais detalhada. Estes instrumentos são a tradução sectorial dos instrumentos nacionais que governam a planificação e orçamentação no país discutidos na secção seguinte.

3. Planificação e orçamentação no sector da água

O Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH), através da Direcção Nacional das Águas (DNA), é a instituição de nível central responsável pela gestão estratégica do sector da água, o qual inclui o fornecimento da água, saneamento e gestão de recursos hídricos (GoM, 2007).

A nível provincial, a Direcção Provincial das Obras Públicas e Habitação (DPOPH), através do seu Departamento de Água e Saneamento (DAS), é responsável pela gestão do sector. Contudo, o sector de águas não está representado de uma forma independente a nível distrital. As actividades de coordenação a este nível estão na responsabilidade do Serviço Distrital de Planificação e Infra-estruturas (SDPI) no caso do abastecimento de água e saneamento, enquanto o Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social (SDMAS) é responsável pela coordenação das actividades de promoção de higiene e saneamento.

Os instrumentos de planificação e orçamentação do sector de água ou em uso sistemático neste sector são os seguintes:

Política da Água

A Política da Águas (PA) é um conjunto de linhas de orientação para a gestão do abastecimento de água, saneamento e gestão de recursos hídricos. A PA enumera os princípios fundamentais que devem ser

observados, estabelece as metas a serem alcançadas e indica as responsabilidades dos vários intervenientes (GoM, 2007). Este instrumento foi aprovado em 2007 como o culminar do processo de revisão da antecessora Política Nacional de Água.

PESA-ASR

Plano Estratégico do Sector de Águas – Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PESA – ASR) é uma série de opções e cenários que guia o desenvolvimento do subsector de abastecimento de água e saneamento rural a médio e longo prazo. Este plano foi aprovado em 2007 com 2015 como seu horizonte. O PESA-ASR identifica os desafios do subsector e os objectivos a serem alcançados para contribuir decisivamente no aumento dos níveis de acesso e uso do abastecimento de água e serviços de saneamento nas zonas rurais (DNA, 2007). O plano estratégico fornece custos unitários indicativos para o fornecimento da água rural. No que diz respeito ao saneamento, não são fornecidos custos unitários indicativos consistentes e estruturados; isto é evidência de que o custo do saneamento precisa de ser dado mais atenção no sector de águas.

PRONASAR

Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR): é um programa que operacionaliza o PESA-ASR e tem a finalidade de incrementar o acesso sustentável ao abastecimento de água e saneamento à população rural como meio de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015. O programa constitui uma resposta no sentido de uma harmonização das intervenções em curso no subsector de abastecimento de água e saneamento rural e segue o espírito do Acordo de Roma sobre a Harmonização (2003) e a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda (2005). Uma das quatro componentes deste programa é o melhoramento dos mecanismos de planificação, orçamentação e gestão do sector a nível descentralizado, para garantir que a planificação seja participativa, inclusiva e da base para o topo. No âmbito do PRONASAR vai ser dado o apoio necessário aos distritos e províncias na elaboração dos planos e orçamentos (DNA, 2009).

SINAS

Sistema Nacional de Informação de Água e Saneamento: é um sistema institucional que tem a finalidade de identificar, analisar, disseminar, usar e armazenar dados e informação para a gestão, planificação, formulação de políticas e tomada de decisões no sector de águas. O SINAS estabelece os indicadores de desempenho e de impacto e os instrumentos necessários para se fazer uma avaliação sistemática de todos os processos em curso no sector de água. O SINAS foi concebido para produzir, analisar e disseminar informação relevante que pode ser útil a todos os intervenientes do sector e não apenas nos processos de tomada de decisões para uma planificação estratégica. Parte da informação do SINAS será usada para a elaboração do Cenário Fiscal de Médio Prazo e, através deste, para a planificação e orçamentação anual a todos os níveis. As províncias e os distritos vão usar esta informação para desenvolver os seus planos directores e orçamentos anuais. A informação do sector é também destinada ao uso por outros intervenientes tais como ONGs e o sector privado. A perspectiva do SINAS é de se tornar num sistema credível de informação para todo o sector de águas e não apenas para a DNA.

Planos Directores Provinciais

A nível provincial, o sector tem encorajado a elaboração de Planos Directores Provinciais de Água e Saneamento, instrumentos de planificação a médio prazo que reflectem a visão das províncias a respeito da sua contribuição para o alcance dos objectivos do PESA. Até aqui, apenas duas províncias tiveram os seus planos aprovados pelos respectivos governos provinciais. Prevê-se que todas as províncias deverão ter os seus planos directores de água e saneamento aprovados até finais de 2012, no âmbito do PRONASAR.

4. O Calendário de Planificação

O Ministério de Planificação e Desenvolvimento instituiu um calendário de planificação e orçamentação que é seguido por todas as instituições do governo. O sector de águas começou a usar este calendário em 2008 e desde então este tem sido usado regularmente. O calendário é uma serie de datas limite para cada nível do governo elaborar e submeter as suas contribuições para o processo de planificação e orçamentação, começando pelo nível distrital. Um aspecto relevante a ser sublinhado é que o calendário é muito apertado e não permite flexibilidade para os vários níveis de governação.

A falta de capacidade técnica a níveis distrital e provincial faz com que estes níveis não sigam correctamente as linhas de orientação e os instrumentos estabelecidos para o processo de planificação e orçamentação devido ao calendário apertado. De facto, é o nível central que toma a responsabilidade final pelo preenchimento das lacunas que vêm dos níveis mais baixos e assim, tem sido igualmente o nível central que tem a responsabilidade final pela definição do que deve ser feito, que recursos serão alocados e em que estes serão gastos.

5. O uso do custo Unitário na planificação e orçamentação do sector

O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Rural é o único instrumento de planificação que apresenta uma estrutura detalhada de custos em uso no subsector de abastecimento de água rural em Moçambique nos últimos anos. Os custos Unitários apresentados neste documento são baseados em quatro fontes diferentes e constituem os dados mais estruturados disponíveis.

Existe algum conhecimento detalhado e estruturado sobre investimento nas infra-estruturas (tanto no construção – CapEx como nas reabilitações - CapManEx), mas o mesmo não acontece a respeito das outras componentes de custos (mobilização comunitária para CapEx e de CapManEx) onde o sector usa apenas custos estimados baseados em percentagens dos custos conhecidos.

Um aspecto interessante desta estrutura dos custos é a ausência, ou falta de menção aos custos de Operação e Manutenção (OpEx) e de capital (CoC). Uma razão para negligenciar os custos de O&M pode estar relacionada com o facto de que as estratégias do sector consideram a operação e manutenção de rotina como uma responsabilidade das comunidades beneficiárias. Contudo, no caso de pequenos sistemas de abastecimento de água (PSAA), a responsabilidade pela O&M é tomada pelo governo local e por entidades privadas. Mesmo onde a O&M é responsabilidade da comunidade, existe uma necessidade de se ter conhecimento acerca dos custos reais envolvidos. No que diz respeito aos custos de capital (CoC), o sector em Moçambique depende maioritariamente em donativos para o abastecimento de água e saneamento rural e estes têm uma taxa de juros zero.

É, contudo, importante notar que o sector está ciente das outras componentes de custos tais como custos de apoio directo e indirecto e estes são referidos como custos institucionais e de gestão, embora seja difícil conclusivamente defini-los como sendo custos de apoio na aceção do WASHCost.

No que concerne o subsector de saneamento, não existem dados estruturados sobre custos a serem usados como referência. Os instrumentos de planificação e orçamentação do sector não mencionam nenhuns dados estruturados além de alguns dados existentes sobre o custo de construção de lajes para latrinas melhoradas.

Tabela 1 - Custo Unitário Padrão para o Fornecimento da Água Rural

Descrição	Componente do Custo	Fonte	Custo (USD)	Ano de Referência	Custo em USD 2010 (ajustado usando o deflator do PIB) ¹
Construção de poços protegidos – custo total	CapEx	(1)	4.500	2003	7.511,9
Reabilitação de poços protegidos – custo total	CapManEx	(2)	2.100	2005	3.126,49
Fontes protegidas – custo total	CapEx	(1)	130	2002	216,63
Construção de furos com bomba manual (Custo da supervisão técnica e mobilização comunitária não incluído)	CapEx Hardware	(3)	6.251	2006	8.940,10
- Maputo			7.890		11.284,10
- Gaza			8.358		11.953,50
- Inhambane			6.493		9.286,20
- Sofala			6.346		9.075,97
- Manica			4.915		7.029,37
- Tete			5.032		7.196,70
- Zambézia			6.191		8.854,29
- Nampula			6.146		8.789,93
- Cabo Delgado			6.146		9.027,34
- Niassa	6.312	9.134,19			
- Média Nacional	6.393	9.143,71			
Reabilitação de furos de água com bomba manual (custo da supervisão técnica e mobilização comunitária não incluído)	CapManEx Hardware	(1)	2.500	2004	4.228,27
Reabilitação de pequenos sistemas de tubagem	CapEx	(1)	450.000 –	2004	761.088,59
- Até 10.000 habitantes			500.000		845.653,98
- 10.000 – 20.000 habitantes			750.000		1.268.480,8
- Custo médio incluindo o desenho do projecto			550.000		930.219,38
Custo da supervisão técnica - % por unidade construída ou reabilitada	CapEx Software	(4)	15%	2004	
Custos de mobilização comunitária (PEC) - % por unidade construída ou reabilitada	CapEx Software	(4)	20% antes 10% depois	2004	
Custos institucionais - % por unidade construída ou reabilitada	ExpIDS	(4)	10%	2005	
Custos de Gestão do Programa	ExIDS	(4)	10%	2004	

Fontes

- (1) DNA, in Rapid Assessment of Rural Water Supply and Sanitation, Austral Consultoria, March 2005
- (2) DNA, November, 2005

¹ O Custo unitário de 2010 foi calculado usando o deflator do PIB, tomando 2003 como o ano de base. Como o índice de 2010 não estava disponível no momento da publicação, este cálculo é uma extrapolação usando o índice médio de 2003 para 2009.

- (3) DNA/WSP, Avaliação da Capacidade Nacional do Sector de Perfuração para o Abastecimento de Água Rural em Moçambique, junho 2006
- (4) DNA, CFMP 2006-2010, Junho 2005

WASHCost fez uma análise dos custos de construção e reabilitação (CapEx e CapMaEx) de fontes dispersas em 2010 e os custos unitários encontrados não são muito diferentes dos custos normativos indicados na tabela acima, depois de corrigidos para 2010 (usando o deflactor do PIB e inflação). Esta informação tem vindo a ser usada pelo sector para a planificação e orçamentação. Isto reflecte o potencial que WASHCost tem em influenciar o sector através de fornecimento de custos unitários detalhados.

Isto é directamente introduzido no processo de planificação e orçamentação liderado pela Direcção Nacional de Águas. O principal desafio continua a ser os instrumentos que precisam ser colocados à disposição do sector para sistematicamente actualizar os custos.

6. Conclusão

Nos anos recentes existem esforços notáveis para a colocação de mecanismos e instrumentos que facilitam processos mais estruturados de planificação e orçamentação em Moçambique. O sector de águas conheceu um crescimento qualitativo do ponto de vista de políticas e estratégias claras que facilitam a planificação a todos os níveis. Contudo, ainda existem problemas relacionados com o calendário apertado de planificação e falta de capacidade a nível provincial e distrital de usar os instrumentos existentes e seguir os mecanismos. Estes constrangimentos têm estado a retardar os ganhos desejados para o sector.

Algumas referências de custos unitários estão disponíveis para o abastecimento de água rural e muito limitados no que diz respeito ao saneamento e promoção de higiene. As referências dos custos unitários existentes para o abastecimento de água são principalmente relacionadas com investimento em infra-estruturas (CapEx hardware). Nenhuma referência é feita sobre os custos de operação e manutenção de rotina (OpEx) bem como sobre os custos do capital (CoC). Os custos de apoio institucional (tanto directo como indirecto) e os custos de investimento no *software* (maioritariamente mobilização comunitária) são estimados e baseados em percentagens sobre os custos de investimento em infra-estruturas.

Não foram encontrados mecanismos estruturados para actualização de informação sobre custos e isto é visto como um dos maiores constrangimentos para uma orçamentação adequada. WASHCost tem estado a analisar os custos de CapEx nos últimos anos e está a lançar as fundações para actualizações adequadas considerando alguns determinantes mais evidentes de custos como a inflação. O exercício está a ser entusiasticamente abraçado pela Direcção Nacional de Águas e os dados foram usados para a planificação e orçamentação a níveis central e provincial.

A abordagem do custo do ciclo de vida tem uma base firme para influenciar os processos de planificação e orçamentação em Moçambique. Ela fornece uma visão mais estruturada das componentes do custo bem como as metodologias para uma actualização regular da informação sobre custos. Esta abordagem pode ser introduzida nos instrumentos existentes de planificação e orçamentação tais como o Cenário Fiscal de Médio Prazo, um instrumento que influencia o processo de planificação e orçamentação em todo o sector, embora reconhecendo as suas lacunas como um instrumento credível de previsão orçamental.

Quaisquer instrumentos de apoio à tomada de decisões a serem considerados devem tomar em consideração o contexto descrito nesta nota informativa. Existe uma capacidade relativamente baixa a todos os níveis de gerir instrumentos complexos e um constrangimento de tempo devido ao calendário apertado de planificação. Assim, os instrumentos de apoio à tomada de decisões devem ser tão simples quanto possível para serem de fácil familiarização com o utilizador num tal ambiente institucional.

7. Referências

- Boletim da República I Série – No 23, 2005. *Regulamento da Lei dos órgãos Locais do Estado*, Maputo: Imprensa Nacional.
- DNA, 2007. *Plano Estratégico do Sector de Águas – Abastecimento de Água e Saneamento Rural*, Maputo.
- DNA, 2009. *Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASR)- Documento Final, segundo draft*. Maputo: Austral COWI.
- FMI, 2008. *Relatório sobre a Observância de Normas e Códigos — Módulo de Transparência Fiscal*.
- Fonseca, et al., 2010. *Life-Cycle Costs Approach: Glossary and cost components*. WASHCost Briefing Note 1. The Hague: IRC Internacional Água and Saneamento Centre.
- Governo de Moçambique, 2002. *Modelo de Gestão do SISTAFE*, Maputo: Ministério do Plano e Finanças
- Governo de Moçambique, 2007. *Política de Águas*. Maputo: Ministério das Obras Públicas e Habitação.
- Governo de Moçambique, 2009. *Cenário Fiscal de Médio Prazo 2010-2012*, Maputo: Ministério de Planificação e Desenvolvimento
- Governo de Moçambique, 2010a. *Metodologia para a Elaboração das Propostas do Orçamento do Estado – Exercício Económico 2011*, Maputo: Ministério de Planificação e Desenvolvimento & Ministério das Finanças.
- Governo de Moçambique, 2010b. *Proposta de Orçamento de Estado para 2011*, Maputo: Ministério de Planificação e Desenvolvimento.
- Lawson, A. Umarji, M. Guilherme, J. & Chachine, C., 2008. *Avaliação of Public Finance Gestão in Moçambique: 2006 Based on the PEFA Methodology – Public Expenditure and Public Accountability*. Fiscus Public Finance Consultants, Oxford, UK.
- Uandela, A, *Planning and budgeting mechanisms in the Mozambique water sector: improving the decision making process*. IRC Symposium 2010, available at <http://www.washcost.info/page/1079>
- Zita, J. & Naafs, A. 2010. *Poços e Furos em Moçambique – Análise dos preços dos contratos de 2009*. Maputo: WASHCost Moçambique.

Publicações feito pelo WASHCost Moçambique (todos documentos tem hyperlink para download)

Publicações sobre custos fontes dispersas, série C:

- C01: [Custos das fontes dispersas – análise dos custos unitários dos contractos de 2009](#)
- C02: [Custos das fontes dispersas – análise dos custos unitários dos contractos de 2010 \(também em Inglês\)](#)
- C03A: [Custos das fontes dispersas – análise dos custos unitários dos contractos de 2011 \(Jan -Junho\) \(também em Inglês\)](#)
- C03B: [Custos das fontes dispersas – Análise dos custos unitários dos contractos de 2011 \(Jan- Dez\)](#)
- C04: [Comparação custos 2009-2011](#)
- C05: [Custo Real das Fontes Dispersas em Moçambique](#)
- C06: [Custos das fontes dispersas – análise dos custos unitários dos contractos de 20112 \(Jan -Junho\)](#)
- [Base de dados com dados dos contractos](#)

Publicações sobre Custos Directos, série D:

- D01: [WASHCost D01 custos PEC Zonal 2008-2011 \(também em Inglês\)](#)

Publicações sobre Economia, série E:

- E01: [Inflação nos últimos 10 anos \(versão anterior ano 2010\)](#)
- E02: [Taxa de Câmbio nos últimos 10 anos \(versão anterior ano 2010\)](#)
- E03: [PPP, definições e as implicações](#)

Publicações sobre Finanças. série F:

- F01: [Custo do capital – um custo adicional revelado \(também em Inglês\)](#)

Publicações sobre Saneamento, série S:

- S01: [Custos das Infra-estruturas de Saneamento em Moçambique](#)
- S02: [Níveis do serviço do saneamento \(também em Inglês\)](#)

Publicações sobre Metodologia série M:

- M01: [Sector Assesment Mozambique \(só Inglês\)](#)
- M02: [WASHCost Moçambique Amostragem \(também em Inglês\)](#)
- M03: [Mecanismos e Instrumentos de Planificação e Orçamentação no Sector de Águas em Moçambique](#)

Publicações internacionais traduzido em português:

- BN-01: [Abordagem dos Custos do Ciclo de Vida \(original em Inglês\)](#)
- BN01b: [Serviços para sempre \(original em Inglês\)](#)
- WP3: [Avaliando os níveis dos serviços de saneamento \(original em Inglês\)](#)

Publicações internacionais do WASHCost Moçambique

- I-01: [Planning and Budgeting Mechanisms and Tools in the Mozambique Water Sector](#)
- I-02: [Collecting WASH services cost data: Experiences from Mozambique](#)

Cartazes:

- P01: [Poster: Análise PEC Zonal, Custos duma nova abordagem](#)
- P02: [Poster: Monitoria dos contractos no sector de Água Saneamento e Higiene \(também em Inglês\)](#)

Revistas:

- [Ndzava Nº 1](#)
- [Ndzava Nº 2](#)

Mais informação: www.washcost.info, moz.washcost@gmail.com